



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E  
 COMBATE À FOME  
 GOVERNO FEDERAL  
 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
 PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
 INSTITUTO MENINO MIGUEL  
 OBSERVATÓRIO DA FAMÍLIA  
 DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
 GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CRIANÇA, JUVENTUDE E  
 PREVENÇÃO ÀS DROGAS  
 PROGRAMA NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DA  
 ASSISTÊNCIA SOCIAL-CAPACITA SUAS  
 ESCOLA DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DO SUAS - ESFOSUAS  
 FUNDAÇÃO APOLÔNIO SALLES DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL  
 –FADURPE  
**ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS**

**SHIRLEI GLEICE MENDONÇA LIMA DA SILVA**

**AUTOCUIDADO E SAÚDE SOCIOEMOCIONAL PARA CUIDAR DE QUEM  
 CUIDA: UM OLHAR PARA OS PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA  
 VILA BETÂNIA - JABOATÃO DOS GUARARAPES**

RECIFE – PE

2023

SHIRLEI GLEICE MENDONÇA LIMA DA SILVA

**AUTOCUIDADO E SAÚDE SOCIOEMOCIONAL PARA CUIDAR DE QUEM  
CUIDA: UM OLHAR PARA OS PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA  
VILA BETÂNIA - JABOATÃO DOS GUARARAPES**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Políticas Sociais.

Orientador(a): Cinthia Sarinho

RECIFE – PE

2023

- S558a Silva, Shirlei Gleice Mendonça Lima da  
AUTOCUIDADO E SAÚDE SOCIOEMOCIONAL PARA CUIDAR DE QUEM CUIDA: UM OLHAR PARA OS  
PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA VILA BETÂNIA - JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE / Shirlei  
Gleice Mendonça Lima da Silva. - 2023.  
42 f.
- Orientador: Cinthia Camara Azevedo Travassos .  
Coorientador: Plinio Xavier de .  
Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Especialização em  
Políticas Sociais, Recife, 2023.
1. Proteção. 2. Socioemocional. 3. Políticas . 4. Sociais. 5. Direitos. I. , Cinthia Camara Azevedo Travassos, orient. II.  
, Plinio Xavier de, coorient. III. Título

---

CDD 320.6

---

Monografia apresentada como requisito necessário para obtenção do título de Especialista em Políticas Sociais. Qualquer citação atenderá às normas da ética científica.

SHIRLEI GLEICE MENDONÇA LIMA DA SILVA

Monografia apresentada em: 12/ 05/ 2023

---

Orientadora Professora Me. Cinthia Câmara Azevedo Travassos Sarinho  
(Mestra em Educação Culturas e Identidades - PPGECI/UFRPE).

---

1º Examinadora Me. Anderson Silva  
(DEHIST/UFRPE, Escola de Conselhos PE)

---

2º Examinador Prof. Plínio Xavier de Figueiroa  
(Mestre em Educação Culturas e Identidades (UFRPE/FUNDAJ)).

---

Coordenadora Professora Gabriella Bezerra

### **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus, por sempre estar me direcionando para os melhores caminhos, e me dando sabedoria e força de vontade, para que eu não desista diante dos obstáculos que possam vir a surgir, e assim foi feito. Com a sua graça sobre minha vida consegui finalizar o curso, sem a presença do Senhor eu não teria conseguido ir tão longe. Deus seja louvado!

Ao meu esposo, pelo seu amor incondicional e por sempre estar ao meu lado me apoiando ao longo de toda minha trajetória, pela compreensão e parceria durante o período de conclusão de curso, obrigada amor, te amo!

Não poderia deixar de agradecer também às minhas filhas amadas, o amor e compreensão de vocês foram essenciais para a construção desse projeto, pois em muitos momentos durante o curso não pude oferecer 100% de mim como gostaria, amo vocês filhas.

Sou grata a Instituição Vila Betânia por me acolherem tão bem, já que através de vocês pude ter meu primeiro contato na área da assistência, vocês sempre acreditaram no meu potencial e derramaram toda confiança sobre mim. Eu não hesito em falar que a família Betânia faz parte dessa história, amo vocês e obrigada por tudo.

Agradeço aos professores que neste período do curso contribuíram com seus conhecimentos e permitiram que eu me aprofundasse nos conteúdos. Obrigada pela dedicação de cada um de vocês, a forma como vocês conduziu as aulas fez grande diferença, vocês são incríveis!

Aos meus familiares e amigos, vocês me incentivaram e contribuíram através das experiências pessoais que foram construtivas para a elaboração deste trabalho de conclusão de curso, obrigada por tudo. Deus abençoe!

## **RESUMO**

O presente trabalho se submete à apreciação inicial de um memorial da minha trajetória de vida até o atual curso de especialização em Políticas Sociais, onde exhibe a minha jornada acadêmica e a prática vivenciada atualmente. Posteriormente, apresento o segundo capítulo de forma conceitual onde estará presente a compreensão sobre as Políticas Sociais, SUAS e as Políticas Públicas logo em seguida trás sobre a Instituição de Acolhimento, presente no sistema de garantia de direitos às crianças e adolescentes. Conclui-se que a preocupação com a necessidade de cuidar de quem cuida vem se destacando a cada dia precisamos sempre lembrar que cuidar do cuidador é uma ação preventiva. Compreendemos hoje que se ele não estiver se sentindo bem nas suas necessidades, isto passará a refletir e interferir no atendimento das crianças e adolescentes. Por fim, apresento um projeto de intervenção voltado para os profissionais que atuam frente ao serviço de medida protetiva em abrigo institucional, a Vila Betânia é uma casa de Acolhimento de gestão privada, inserida na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, oferecendo há 10 anos acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, por meio de medida protetiva de abrigo institucional em função de abandono, violências ou negligência (ECA, Art. 101). A Vila Betânia foi fundada em outubro de 2012, na Cidade de Jaboatão dos Guararapes - PE, por iniciativa da Associação Ministério Shores of Grace, a partir da mobilização de seus fundadores Nicholas e Rachael Billman. A instituição tem por objetivo atuar no Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes, através do acolhimento institucional como medida de proteção, promovendo a Cidadania e os Direitos Humanos, com o objetivo de promover um olhar de autocuidado e saúde socioemocional através de atividades de grupo a fim de possibilitar escuta e suporte qualificado.

**Palavras-chave:** Proteção; Socioemocional; Políticas Sociais; Direitos.

### **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES**

**CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social

**CREAS** - Centro de Referência Especializado da Assistência Social

**CF** – Constituição Federal

**ECA** - Estatuto da Criança e Adolescente

**LOAS** - Lei Orgânica de Assistência Social

**ONG** - Organização Não Governamental

**PIA** - Plano Individual de Atendimento

**PNAN** - Política Nacional da Assistência Social

**PSB** - Proteção Social Básica

**PSE** - Proteção Social Especial

**SUS** - Sistema Único de Saúde

**SUAS** - Sistema Único de Assistência Social

**SGD** - Sistema de Garantia de Direito

**EJA** - Educação de Jovem e Adulto

UNIP - Universidade de Paulista

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>07</b> |
| <b>2. CAPÍTULO I – MEMORIAL.....</b>   | <b>11</b> |
| <b>3. CAPÍTULO II – SISTEMATIZAÇÃO TEÓRICA.....</b>  | <b>17</b> |
| 3.1 POLÍTICAS NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESPAÇO DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....   | 17        |
| 3.2 POLÍTICAS SOCIAIS E INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO.....  | 22        |
| 3.3 ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.....                                     | 24        |
| 3.4 ATUAÇÃO DO CUIDADOR SOCIAL NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.....                                       | 26        |
| 3.5 AUTOCUIDADO E SAÚDE SOCIOEMOCIONAL DO CUIDADOR SOCIAL - QUEM CUIDA TAMBÉM PRECISA SER CUIDADO..... | 28        |
| <b>4. CAPÍTULO III - PROJETO DE INTERVENÇÃO.....</b>   | <b>29</b> |
| <b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>35</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>37</b> |

## **1. INTRODUÇÃO**

Este trabalho de conclusão de curso é fruto da reflexão a partir da prática desempenhada de forma multidisciplinar, com base na Política Nacional de Assistência Social com foco na saúde e nos aspectos socioemocionais do cuidador social, que na linha de frente com as adolescentes nas Instituições de Acolhimento. Tais profissionais desempenham suas funções dentro da proteção social especial e de alta complexidade, diante disso, este trabalho tem a intenção de ampliar a visão acerca do cuidador social e da importância de cuidar de quem cuida.

A profissão do assistente social teve o seu marco em 1869, quando foi fundado uma organização de caridade em Londres, onde se levantou a necessidade de instituições formar e atuar com profissional na área de assistência social. A primeira escola de serviço social surgiu em Amsterdã no ano de 1899. Com o aprofundamento do capitalismo, a situação no início do século XX era extremamente desfavorável nas classes subalternas, gerando tensionamento entre as classes trabalhadoras e o estado que representava os interesses da classe dominante. Sendo pressionado a atuar em diferentes manifestações de questões sociais para conformar, controlar e disciplinar as classes subalternas (IAMAMOTO, 1997).

O serviço social começou no Brasil, na década de 1930, porém o serviço social surgiu com o objetivo de funcionar ao proletariado, onde deveria servir a classe que dominava a economia e a política, ou seja, a classe dominante como forma de manter o controle e a ordem. Onde os serviços sociais eram ligados a igreja católica com uma perspectiva tradicional, ou seja, não abrangendo leitura crítica da realidade. Em 1936, surgiu em São Paulo a primeira escola de serviço social. Em 1940 e 1950, o serviço social recepcionou influências norte-americanas, que tinha como o intuito um pilar sistêmico, positivista e funcionalista. Em 1957, foi promulgada a lei de nº 3.252 regulamentando o exercício da profissão de assistente social que dispôs sobre o exercício da profissão sendo acompanhado e assinado pelo ministro do trabalho e da previdência social, entrando em validade desde 27 de agosto de 1957 (BRASIL, 1957).

As Políticas Públicas trabalham de forma intencional visando colocar em prática direitos que são previstos na Constituição Federal, além de atuar através das leis que regem as medidas e programas sociais criados pelo governo. Para a garantia e bem-estar da população são necessárias ações e programas que são desenvolvidos pelo Estado, que envolvem planejamento, criação para execução dessas políticas, e são realizadas em conjunto dos três Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. O poder Legislativo pode propor políticas públicas, e criar as leis referentes a uma determinada política, o Executivo é o responsável pelo planejamento de ações e pela aplicação da medida, já o Judiciário faz o controle da lei criada e confirma se ela é adequada para cumprir o objetivo (IAMAMOTO, 1997).

Os serviços de Proteção Social Especial fazem parte do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e têm como objetivo promover atenções socioassistenciais às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. A Proteção Social é hierarquizada em Básica e Especial de Média e Alta Complexidade. (IAMAMOTO, 1997).

A Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento assistencial destinado a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos, psíquicos ou abusos e requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. A Proteção Social Especial de Média Complexidade atende as famílias e indivíduos com seus direitos violados, cujos vínculos familiares não foram rompidos, que requerem maior estruturação técnica operacional e atenção especializada e individualizada com um acompanhamento sistemático e monitorado. Quando se fala de Proteção Social Especial de Alta Complexidade são situações que

envolvem ameaças e perigos eminentes, onde ocorre a retirada do indivíduo do núcleo familiar e comunitário para serem realocados para atendimento integral e institucional através de abrigo, casa lar, república, casa de passagem, albergue, família substituta e família acolhedora (YAZBEK, 2014).

A medida protetiva de acolhimento institucional possui um caráter provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta. O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos (YAZBEK, 2014).

Para atender as crianças e os adolescentes que estão sob a medida protetiva de acolhimento institucional é necessário a atuação diária de cuidadoras sociais, que é um profissional que atua com os cuidados dos acolhidos com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento psicossocial buscando a participação social e autoestima. Em sua atuação estão presentes as atividades de orientação, acompanhamento nos serviços sociais concedido aos usuários, acompanhar nos serviços de educação, saúde e outras necessárias no cotidiano, elaborar atividades desenvolvidas nas atividades recreativas, atividades de higiene e cuidados básico, zelar pela saúde e integridade, orientação e auxílio na alimentação e locomoção, acompanhamento e avaliação do processo de desenvolvimento psicomotor e comportamento, ministrar medicamentos e caso necessite, os primeiros e pequenos curativos (SILVEIRA, 2007).

Tal profissão possui demandas intensas e desafiadoras e para promoção de um trabalho saudável faz-se necessário um olhar de cuidados essenciais, para que as cuidadoras possam ser vistas e ouvidas de forma integral. É importante ressaltar que, por ser um trabalho tão necessário para o bom funcionamento do serviço de acolhimento institucional e para promoção e garantia de direitos a crianças e adolescente, as autoridades governamentais devem estar atentas e conscientes da importância dessa atuação, e atuar em conjunto com às

equipes multidisciplinares, através de um trabalho desempenhado a mãos duplas (SILVEIRA, 2007).

O presente trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro é o memorial, que trará uma linha do tempo delineada sobre toda a caminhada pessoal ao longo da formação enquanto ser social, bem como no âmbito acadêmico e profissional, além de apresentar os conhecimentos adquiridos e compartilhados ao longo do curso de Políticas Sociais. O segundo capítulo tem natureza teórica com abordagens acerca do aprofundamento nos conhecimentos necessários para fazer o que fora proposto na temática do projeto de intervenção e perpassa temáticas como Políticas Públicas no âmbito da infância e adolescência, Acolhimento Institucional, o papel do cuidador social, bem como a necessidade de um olhar especial para o cuidado com este profissional.

No terceiro e último capítulo foi construído um Projeto de Intervenção a ser desenvolvido com as Cuidadoras Sociais que atuam na Instituição de Acolhimento Vila Betânia situada no município de Jaboatão dos Guararapes, cuja elaboração foi fomentada a partir do que foi observado na prática profissional. O desenvolvimento do presente trabalho se apresentou de maneira desafiadora, considerando estar inserido numa modalidade de curso de especialização a distância, porém tornando-se estimulante e contribuindo para a autonomia para o estudo e pesquisas na área.

## **2. CAPÍTULO I - MEMORIAL**

A preparação deste memorial tem a finalidade de cumprir a requisição colocada pela Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE, com propósito de alcançar o título de Especialização em Políticas Sociais. Irei expor a minha trajetória pessoal, acadêmica e profissional, resgatando memórias sobre minhas evoluções e de momentos que me impulsionaram para este caminho.

Venho de família humilde, o meu pai era analfabeto, mas isso não o impediu de exercer a profissão que ele amava, a de borracheiro, ensinando-a aos meus tios e a partir desse trabalho ele conseguiu suprir as necessidades da família, embora não tivesse frequentado escola. Minha mãe parou os estudos no ensino fundamental e atualmente exerce a função de Serviços Gerais, embora a vida difícil que eles tiveram e com a falta de conhecimentos em relação aos seus direitos, isso não os impediram de proporcionar aos seus filhos o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Eles sempre tiveram os melhores ensinamentos, proferindo palavras de incentivo, encorajamento e nos impulsionar a acreditar numa vida melhor, com esperança, perseverança, humildade e fé em Deus. Eu não poderia deixar de citar o quanto eles são exemplos em minha

vida, isso contribuiu para a escolha da minha profissão no âmbito da assistência social, continuarei em busca de conhecimentos para continuar almejando conquistas em minha vida.

Diante disso, trago como principal referência e venho apresentar através do método de narrativa autobiográfica, minhas experiências de vida, acompanhada de uma importante ressignificação dos fatos, conforme cita Yamamoto:

“O momento em que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia a dia nos horizontes de novos tempos, mais humanos, mais justo, mais solidários.” (IAMAMOTO, 2004, p. 17)

Devido algumas demandas familiares interrompi os estudos no 5º ano do ensino fundamental II, retornando em alguns anos depois para sala de aula, na modalidade, Educação de Jovem e Adulto (EJA) no turno da noite e devido aos anos afastada da sala de aula, apresentei algumas dificuldades de aprendizagem. Esse período foi bastante difícil pois precisava conciliar demandas familiar, profissional e educacional, mesmo assim não foi impossível a conclusão do ensino médio, devido a ajuda significativa do meu esposo que esteve ao meu lado dia a dia como incentivador para que eu pudesse terminar meus estudos. Reintegro ainda que há alguns anos iniciei uma graduação, na Universidade de Paulista (UNIP) - Recife, na área de administração, porém no quarto período, percebi que não havia me identificado com isso tranquei o curso.

Em 2016, participei de uma seleção na Instituição de acolhimento Vila Betânia, para uma vaga de educadora social a qual foi contemplada para assumir o cargo, a partir daí iniciou - se o meu contato com a temática das políticas sociais. No decorrer da atuação e através das práticas fui me identificando cada vez mais, através do meu trabalho pude identificar a área que eu estou exercendo e a cada dia mais apaixonada e interessada em me apropriar dos conhecimentos que envolve o tema, tenho o desejo de ofertar aos indivíduos os direitos que lhes são inerentes.

Diante desse desejo busquei ingressar em um curso que me desse a apropriação para o manejo na atuação, em 2018, escolhi então cursar Serviço Social e a cada disciplina apresentada na faculdade, eu mergulhava nos conteúdos e ficava cada vez mais apaixonada na área, com isso me trouxe a certeza da minha permanência na assistência. Em 2020, passamos por um momento delicado com a pandemia do novo coronavírus que trouxe a Covid – 19,

onde as aulas passaram a ser remotas, porém não foi impedimento para continuidade e finalização do curso.

Em 2021, coleei grau e agora de fato profissionalizada continuei contribuindo com meus conhecimentos adquiridos na Instituição Vila Betânia em Jaboatão dos Guararapes - PE. Já formada, tive a oportunidade de exercer como assistente social na própria instituição na qual já era integrante e colaboradora. Trabalhar em alta complexidade não é fácil, mas não passa pela minha cabeça desistir de atuar, pretendo buscar conhecimentos através de cursos na área, no Capacita suas entre outros. Atualmente estou finalizando a minha pós-graduação em Políticas Sociais, na certeza de que ela trará conteúdos que agregarão os meus conhecimentos.

Gostaria de aqui resgatar a minha reflexão e inquietação profissional do curso de graduação em Serviço Social, pois em minha vivência na prática percebi que houve pouco conteúdo da atuação da assistente social nas políticas de alta complexidade no que refere ao acolhimento institucional, tais como: Visita domiciliar, construção de relatórios sociais e Plano Individual de Atendimento (PIA), dentre outros documentos que são portfólio da prática do assistente social. É necessário termos conteúdos disciplinares na graduação acadêmica que nos possibilite ao máximo nos aproximarmos da execução na prática. E falando sobre o fazer, cito aqui uma das visitas domiciliares realizadas pela equipe da instituição a qual estou como integrante, em residências familiares de crianças e adolescentes em situação de acolhimento Institucional a falta do acesso às informações de programas e projetos ofertados pela assistência social na garantia de direitos socioassistenciais.

O Estado, a sociedade e a família são a rede responsável por fornecer todos os serviços e cuidados necessários a crianças e ao adolescente independente do ambiente ou condições que estão inseridas. E apenas com a prática obtive o entendimento que, para atender como profissional, as demandas presentes no campo social, era necessário a ampliação da minha visão sobre o todo, pois a políticas sociais estão intrinsecamente presentes em cada história como uma grande engrenagem.

No que se diz Legalmente a Constituição Federal, atribui aos pais o dever de assistir, criar e educar os filhos. No mesmo sentido, o Código Civil Brasileiro, em seu artigo 1.634, também impõe como deveres o sustento, a criação, a guarda, a companhia e a educação dos filhos. Embora a lei garanta, na realidade essas garantias não são de fato efetivadas nas famílias e comunidades vulneráveis as quais passam por dificuldades diárias. Para que

possamos mudar a realidade atual dessas famílias, precisamos de uma atuação do CRAS e CREAS com as devidas orientações, desta forma teremos os direitos garantidos das crianças e adolescentes junto aos seus ciclos familiares, que possam ser inseridas em programas e projetos ofertados que estão preconizados nas tipificações que norteiam a oferta dos serviços.

Embora considerando já ter bastante conteúdo que me permitia atuar de forma técnica na área em que escolhi, ainda assim compreendi que me faltava mais apropriação. Com isso, em maio de 2022, tive mais uma oportunidade de adquirir mais conhecimentos quando pude fazer parte da seleção dessa referida pós-graduação, para cursar Políticas Sociais na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), curso este tão esperado para aprimorar conteúdo.

No dia 13 de maio de 2022 foi dado início literalmente através da aula inaugural de forma remota com o professor Paulo Januzzi, as expectativas foram as melhores, pude mergulhar em cada conteúdo, assuntos esses que estariam complementando dados para minha atuação profissional. Durante o processo do curso a cada disciplina apresentada pelos professores dava para perceber a forma como eles traziam a paixão pela assistência social, os professores eram bastante dinâmicos e possibilitaram aos alunos a participação ativa de forma integral.

Foram ricos momentos que se passaram muito rápido, embora confesse que tive algumas dificuldades nas aulas online pois na verdade consigo absorver melhor os conteúdos de forma presencial onde constantemente tínhamos debates com toda sala e turma, a troca de ideias me faziam compreender com mais contundência os assuntos abordados. A assimilação de cada aula e atividades e trabalhos realizados me permitam refletir sobre o meu próprio projeto de intervenção deste trabalho de conclusão de curso, que pretendo colocar em prática na instituição Vila Betânia, localizada na cidade de Jaboatão dos Guararapes – PE, mesmo não sendo obrigatório ao curso, representa a concretização de tudo que aprendi e quero levar para minha vivência profissional.

Compartilhando aqui algumas disciplinas de aprendizagem que foi percorrida dentre as disciplinas gostaria de destacar primeiramente a de Participação, controle e gestão social com a professora Gabriela Bezerra, foi uma disciplina com muitas informações em relação ao governo e estado e chamou a atenção no trecho que no ano de 2000, a sociedade foi acumulando conhecimentos e experimentando diversos graus de democracia.

Através do texto, de gestão social pude produzir ainda mais importantes reflexões, pois de acordo com Roberta Messiane (2021):

Os anos 2000 começaram com a sociedade ciente dos seus “direitos e exigindo participar do governo e das decisões de Estado. A sociedade, portanto, não admitia ficar assistindo a um grupo Insulado escolher como seria o seu destino. Assim, podemos afirmar que ocorreu uma quebra de paradigma no comportamento do Estado e na maneira de fazer política pública.” (MESSIANE, 2021, p. 16)

Quero deixar registrado que foram bastante enriquecedoras as disciplinas apresentadas por cada professores, a disciplina do professor Rogério Medeiros de Desigualdade Políticas Sociais e Cidadania, foram tão boas que eu não via o tempo passar, se pudesse eu passaria horas mergulhando nos temas apontados. Através do texto, de Desigualdade social pude produzir ainda mais importantes reflexões.

As figuras de uma pobreza despojada de dimensão ética e transformada em natureza fornecem, talvez, uma chave para elucidar a persistência de uma pobreza em um país que, afinal de contas, abandonou o estreito figurino da República oligárquica. Seria possível dizer que essa figuração pública da pobreza diz algo de uma sociedade na qual as distâncias sociais são tão grandes e brutais que parece não ser plausível uma medida comum que permita que a questão da justiça se coloque como problema e critério de julgamento nas relações sociais. (BARROS; CAMARGO, 1993, p. 03).

O professor Humberto Miranda, deu a disciplina de Direitos Humanos, a qual mexeu bastante com os meus sentimentos, deixou o texto para reflexão sobre a Contextualização Histórica da Educação em Direito Humanos, que cita sobre a liberdade dos negros e a forma como eles foram abandonados em sua própria sorte. pois de acordo trechos diz:

Os negros libertados, sem dinheiro e sem preparação profissional, foram abandonados a sua própria sorte e passaram a constituir um segmento marginal da sociedade. Vivendo na miséria e, além disso, vítimas de um tratamento preconceituoso, passaram a trabalhar nas atividades mais rudimentares e com menor remuneração, o que arrastou muitos deles para a criminalidade, agravando ainda mais os preconceitos, embora estes sejam sempre negados (SILVEIRA, 2007, p. 31).

A professora Raquel Fernandes nos apresentou a Política Estadual da Assistência Social, e em uma de suas aulas foi nos apresentado o vídeo da escola real e o papel do professor, ele relata a importância da educação, narrado pelo escritor e educador Rubem Alves. O vídeo traz uma experiência com uma criança de 7 anos, que chegou em sua residência acompanhada de sua genitora a qual prestava serviços de cuidadora do lar. O Sr.

Rubem, relatou da curiosidade da criança em uma trena de medição e naquele momento aproveitou e ensinou de forma tranquila o sistema decimal de medição. Me chamou a atenção a forma simples de um olhar amplo para o ensinamento e trouxe a importância significativa do papel do professor, a atuação está de despertar aos alunos a inteligência de buscar e explorar mais sobre tudo aquilo que impulse para mais conhecimentos.

Cito ainda a professora Valéria Gomes, que apresentou a disciplina de projeto de Pesquisa, cujo conteúdo foi de extrema importância para base do meu projeto de intervenção que será apresentado no capítulo III deste trabalho. Foi disponibilizado material contendo nele instruções com elementos de bancos de dados, teórico e metodológico, contendo fichamento da teoria e o desafio da pesquisa social, conteúdo este que me ajudou a traçar o caminho para a construção do meu projeto, dentro dele vários conteúdos explicando a importância de cada pesquisa e seus significados entre eles continha pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, experimental, sobre estudo de corte, como fazer levantamento de dados, estudo de campo, estudo de caso e para finalização sobre pesquisa em ação.

Em 17 e 18 de dezembro, tivemos o primeiro encontro presencial onde foi dado início aos trabalhos de conclusão de curso (TCC), na ocasião tivemos a oportunidade de conhecer pessoalmente a professora Valéria e o professor Humberto os quais receberam os alunos de forma acolhedora e atenciosa. Foram dois dias de orientação com profissionais apaixonados pela área, tivemos alguns convidados que nos proporcionaram momentos de encorajamento, cada cursista pode também apresentar seu trabalho de intervenção, os orientadores iniciaram ali sua grande contribuição delineando sugestões que fizeram grande diferença para a conclusão do curso.

Me reconheço como uma profissional que está transformada, preparada e capacitada para permanecer atuando como agente condutor social, fazendo uma reflexão de minha formação profissional e acadêmica, acredito que tenho tido uma boa trajetória na UFRPE. Assim faço minhas as palavras citadas por Marilda Yamamoto:

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários (IAMAMOTO, 1997).

Por fim, a professora Cinthia Sarinho, a qual foi minha orientadora para a construção do trabalho final de conclusão de curso (TCC), foi de extrema importância, em cada encontro realizado para transferência e diálogo sobre o tema que estava sendo abordado, sem dúvidas suas experiências contribuíram muito para esta realização.

### **3. CAPÍTULO II – SISTEMATIZAÇÃO TEÓRICA**

#### **3.1 POLÍTICAS NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ESPAÇO DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Sendo a Política Nacional de Assistência Social uma política pública de assistência, a realiza-se de forma integrada às políticas setoriais e em consideração às desigualdades que surgem nos contextos sócio territoriais. As ações visam um enfrentamento de casos específicos para a universalização dos direitos sociais e têm os seguintes objetivos: Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem; Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural; Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2004).

A partir desses objetivos é possível visualizar aspectos importantes acerca do público que se constitui usuário da Política Nacional de Assistência Social. Sem dúvidas, os cidadãos

e grupos sociais em situação de risco e vulnerabilidade são os que aparecem na primeira linha de atenção mediante as situações que forem manifestadas. Dentre as quais estão: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade, ciclos de vida, identidades estigmatizadas em termos étnicos, culturais e sexual, dentre outros casos que merecem atenção do assistente social (GONÇALVES, 2010).

Com base na Política Nacional de Assistência Social, foi aprovada, em 2005, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), que regulou a organização em âmbito nacional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sistema descentralizado e participativo, que regula e organiza a oferta de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais em todo o território nacional, respeitando as particularidades e diversidades das regiões, bem como a realidade das cidades e do meio rural (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004).

Em 06 de julho de 2011, a Lei nº 12.435 (Lei do SUAS), assegurou-se definitivamente, no país, a institucionalidade do SUAS, garantindo avanços significativos, dentre os quais pode-se destacar o cofinanciamento federal operacionalizado por meio de transferência automática e o aprimoramento da gestão, serviços, programas e projetos de assistência social (BRASIL, 2011).

Como ação de proteção, a assistência focaliza os riscos e as situações de vulnerabilidade aos quais os indivíduos estão sujeitos, pois é pela problemática do risco e da vulnerabilidade que os indivíduos, no dia a dia de suas vidas, são apreendidos pela política de proteção, observados em dois níveis pela política assistencial: no nível macro social, pelo índice de natalidade, pela morbidade e pelo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH; e no micro, pelos hábitos de vida dos indivíduos e das famílias (GONÇALVES, 2010).

Tudo isso significa que a situação atual para construção da política pública de assistência social precisa levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família. A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que os riscos e vulnerabilidades se constituem. (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004, p.10).

Com efeito, a proteção pública se estende a uma série de indivíduos, abordados em razão de certas situações, tais como: infância, adolescência, velhice, doença, deficiência, indigência, etnia, dependência química etc. Vale ressaltar que o corriqueiro entre esses

indivíduos é a situação de vulnerabilidade, de risco de exclusão social, não remetendo, portanto, somente à privação, mas também à marginalização, decorrente do ciclo vital, das condições de pobreza, da etnia, de doenças, de deficiências, entre outras. A exclusão é um problema social, na medida em que todos têm direito à cidadania (RIBEIRO; SOARES 2004).

A prestação dos serviços de assistência social passa então a ser dividida em dois níveis, de acordo com as referências estabelecidas na Política Nacional de Assistência Social: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). Na primeira, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são unidades públicas estatais de base territorial que organizam e coordenam a rede prestadora de serviços locais. Esse nível de proteção busca a prevenção de situações de risco e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, sendo destinado à população que vive em situação de vulnerabilidade social (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004).

No que tange à implementação, o conjunto dos serviços inclui proteção à família, crianças, jovens e idosos. Tais atividades são desenvolvidas tanto nos CRAS dos municípios como em órgãos conveniados através do cofinanciamento federal para custeio dessas ações (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004).

Já a PSE é voltada ao atendimento das famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social. Nesse âmbito, são cofinanciados os serviços de acolhimento às crianças, adolescentes e idosos, mulheres vítimas de violência e o atendimento à população em situação de rua. Seus serviços são desenvolvidos no Centro de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) e podem ser organizados com base local; por meio de serviços de referência regional, coordenado e executado pelos estados; ou por intermédio de consórcios públicos entre os municípios. Nesse caso, há dois níveis de complexidade: média e alta (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004).

Em ementa, o novo modelo serve como guia para a instituição da gestão compartilhada na implementação da política de assistência social brasileira. Entre as mudanças, cabe destacar a prevalência de regulação estatal (NOB, portarias, resoluções), organização dos serviços não mais com base em segmentos (crianças, idosos e pessoas com deficiência) e sim por níveis de proteção social (básica e especial), perspectiva de integração com outras políticas sociais e, principalmente, foco na distribuição de macro

responsabilidades entre as esferas de governo. (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004).

Respeitando a descentralização, a reorganização proposta pela Política Nacional de Assistência Social e disciplinada pela NOB propõe mudanças significativas dentro do recém-criado SUAS, conforme afirma:

Um dos seus objetivos é transformar a política de assistência social em uma política realmente federativa, por meio da cooperação efetiva entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal (...). A plena concretização do federalismo cooperativo no país requer o aprimoramento de instrumentos legais e institucionais de cooperação intergovernamental. Trata-se, portanto, de uma estratégia fundamental frente à escassez de recursos públicos, à diferenciada capacidade gerencial e fiscal dos entes federados, às profundas desigualdades socioeconômicas regionais e à natureza cada vez mais complexa dos problemas que exigem soluções Intersetoriais e intergovernamentais (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004).

Com a finalidade de garantir a continuidade das ações e fortalecer a coordenação intergovernamental, a primeira mudança consiste na substituição dos antigos convênios firmados entre as esferas de governo por repasses automáticos e regulares. Prioriza-se o mecanismo de repasse denominado fundo a fundo, isto é, direto do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para os fundos estaduais e municipais. A transferência via convênios não foi extinta por completo, permanecendo, no entanto, restrita ao apoio de projetos e programas não continuados. Além disso, os antigos valores per capita baseados no número de atendimentos foram substituídos por critérios de partilha mais sofisticados que envolvem, no caso da PSB, o porte populacional dos municípios, a Taxa de Vulnerabilidade Social e o cruzamento de indicadores socio territoriais e de cobertura (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004).

Os critérios incluem indicadores relativos ao combate ao trabalho infantil e ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. A tentativa de mensurar a criação da Política Nacional de Assistência Social para identificação de resultados positivos do ponto de vista da equidade, havendo redução na disparidade no que tange à estrutura e ao desempenho na gestão da Assistência Social nos espaços de atendimento a crianças e adolescentes (GUIMARÃES, 2002).

Apesar dessa conquista ter um enorme significado, o modelo da política adotado a partir da luta por tirar esse direito do papel contou com três marcos até a instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS):

A edição da Lei Orgânica da Assistência Social em 1993;

A publicação, em outubro de 2004, da nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS) onde foi definido o modelo de gestão para a nova política de seguridade social, o SUAS;

A publicação, em julho de 2005, da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), que disciplina a gestão e a política de Assistência Social nos territórios e define os parâmetros para a regulamentação e implantação do SUAS, que não conseguiu traduzir a universalização da assistência social (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004).

A centralização político-administrativa, na definição dos programas sociais e das regras para a sua execução, não favorecia a efetiva construção desse campo de direito social. Para a Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Márcia Helena Carvalho Lopes, desde a promulgação da LOAS houve uma grande mudança na área da assistência social no país (BRASIL, 2007).

Não é simples a compreensão da assistência social como política universal, cujo conteúdo é a garantia da proteção e do acesso aos direitos fundamentais que nenhuma outra política atende. A assistência social não é uma política subsidiária, compensatória, periférica ou emergencial. Ela não deve ser política de governo, mas sim uma política de Estado para os seus cidadãos (BRASIL, 2007).

A fala da secretária nos faz perceber o quanto o sistema de seguridade para as políticas públicas ainda precisa melhorar, aprimorar com afinco o seu objetivo base para os indivíduos que dela necessitam. É preciso ampliar o olhar buscando efetivação dos direitos. É necessário que a nova política comece a possibilitar que determinados grupos da sociedade historicamente excluídos possam ter acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais. Uma política que favoreça a localização de uma rede de serviços a partir das áreas de maior vulnerabilidade e riscos e, ao centrar-se na família, recoloca em foco a composição dos seus direitos socioassistenciais integrados ao núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social (BANDEIRA, 2006).

Para isso, o Sistema de Garantia de Direito (SGD) que é composto, no campo do Controle Social e, subsidiariamente, na Promoção dos Direitos da criança e do adolescente, pelos seguintes órgãos e instituições: os Conselhos Nacional, Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; e, no Campo da Defesa dos direitos pelo Poder

Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Centros de Defesa (CEDECAS), Segurança Pública e Conselhos Tutelares (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004).

A esse respeito, Leal e Andrade (2005, p.37) chamam à reflexão dizendo:

Infelizmente, a vontade política para o cumprimento de tais metas, embora represente um bom começo, não é garantia certa de execução dessas políticas. São muitos os municípios brasileiros que não dispõem dos recursos financeiros capazes de materializar essas ações em resultados visíveis na vida das pessoas (LEAL; ANDRADE, 2005, p. 37).

A efetivação da Política de Assistência Social, caracterizada pela complexidade e obstáculos que cercam as relações intrafamiliares e as relações da família com outras esferas da sociedade, especialmente o Estado, coloca desafios tanto em relação à sua proposição e formulação quanto à sua execução. O Estatuto da Criança e do Adolescente concebe em um Sistema de Garantia de Direitos, um modelo que estabelece uma ampla parceria entre o Poder Público e a sociedade civil para elaborar e monitorar a execução de todas as políticas públicas voltadas para o universo da infância e adolescência.

### **3.2 POLÍTICAS SOCIAIS E INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO**

As políticas sociais são aquelas políticas públicas voltadas para a oferta de bens e serviços básicos à população, compreendendo as áreas da educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados (BRASIL, 1988).

A Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado, instituído pela Constituição Federal de 1988. A partir de 1993, com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é definida como Política de Seguridade Social, compondo o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e Previdência Social, com caráter de Política Social articulada a outras políticas do campo social (BRASIL, 1993).

O Sistema organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social, a primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em

situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos (BANDEIRA, 2006).

O SUAS engloba também a oferta de Benefícios Assistenciais, prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade. Também gerencia a vinculação de entidades e organizações de assistência social ao Sistema, mantendo atualizado o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social e concedendo certificação a entidades beneficentes, quando é o caso (BRASIL, 2007).

Remonta a recomendações relativas à aplicação da Lei dos Pobres na Inglaterra e em outros países, como depreendemos das orientações no caso inglês, que chamam basicamente a atenção para "se tratar a família como uma unidade, quando se trata de agir em relação à miséria", pois nela estão presentes os vários fatores causais da situação. Este procedimento, diz o autor, serve para fins de cálculo do auxílio financeiro baseado na consideração dos recursos familiares - princípio consagrado desde a era elisabetana - quanto na maior eficácia da abordagem dos problemas individuais mediante apelo aos recursos do ambiente familiar, conforme consagrado nas técnicas do serviço social de casos (BANDEIRA, 2006).

A contribuição da política social nas casas de acolhimento institucional se deu a partir do ano de 1927, onde reconheceu os primeiros direitos do que determina o Código de Menores, e atribuiu ao Estado o dever de prestar a "vigilância" e a "assistência e proteção" necessária à sua garantia (art. 1º, 2º e 17º) (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004).

A promulgação deste código se deu no ápice de três debates: a primeira, o Congresso Internacional de Menores, realizado em Paris, em 1911, que deu visibilidade à emergente preocupação com a infância; a segunda, a adoção pela Assembleia da Sociedade das Nações, em 1924, da Declaração de Gênova, denominação dada à Declaração dos Direitos da Criança aprovada pela União Internacional de Proteção à Infância; e, a terceira, a Convenção sobre Idade Mínima de Admissão nos Trabalhos Industriais, aprovada na Conferência Internacional do Trabalho, de 1919, organizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) (RIZZINI, 2004).

Esses debates variam entre a defesa da criança, alimentada pela Declaração de Gênova e a Convenção da OIT, e a defesa da sociedade nos termos de Rizzini (2004), entre “salvar a criança” e “salvar o Brasil” da delinquência infanto-juvenil. Na visão das autoras, as pessoas estavam mais preocupadas em salvar o mundo das crianças que estavam em situação de pobreza nas ruas, ao invés de criar ou dar melhorias às políticas sociais.

Nesta perspectiva podem-se analisar três fatores importantes após este código para as casas de acolhimento: primeiro, a institucionalização da internação, que era a forma de cuidado da infância abandonada até então adotada no Brasil, popularizando-a e tornando-a a principal opção de educação e cuidado de crianças pobres; segundo, a adoção de categorias de classificação do jargão policial da época (vadio, libertino, delinquente); e terceiro, sua fundamentação em princípios higienistas e moralizadores (DOMINGUES, 2012).

O fortalecimento das instituições sociais, possibilitado pelo Decreto-Lei nº 4.830, ocorreu mediante a transformação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada dois meses antes pela primeira-dama Darcy Vargas, em “órgão de cooperação com o Estado no tocante a tais serviços socioassistenciais e de consulta no que concerne ao funcionamento de associações congêneres” (art. 1º). Assim, essa instituição surgiu com funções sobrepostas àquelas atribuídas ao Conselho Nacional de Serviço Social - CNSS, na década de 1930 (DOMINGUES, 2012).

Entre as primeiras decisões dos governantes militares, destaca-se a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), ainda em 1964 (Lei nº 4.513), substituindo o SAM. A ela foi atribuída a responsabilidade de formular e implantar a Política Nacional de Bem-estar do Menor (PNBEM), nos termos definidos pelo Conselho Nacional — a nova instância decisória da política (BRASIL, 2006).

A reorganização das estruturas e da gestão do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, é importante destacar que as mudanças na política de assistência social alimentaram a atenção à criança e ao adolescente. Entre os anos de 2004 e 2005, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda promoveu uma série de debates com o objetivo de impulsionar a implementação do ECA e, em 2006, aprovou, junto com o CNAS, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006).

Com esse plano, como chama a atenção Nery (2010), estabeleceram os parâmetros necessários à reestruturação dos serviços sociais, incluindo o serviço de acolhimento institucional. O documento regulamentador da reestruturação deste — as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes — foram aprovados pelo CNAS e Conanda, em 2009 (Resolução Conjunta nº 01). Finalmente, quase duas décadas depois do ECA, construiu-se a expertise necessária para superar a influência das decisões da Era Vargas, e os órgãos gestores e os conselhos da área passaram a contar com diretrizes para sua implementação (POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2004).

A iniciativa da implementação dessa ideia foi em 2005, com a terceira norma operacional da área, implantando o Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Foi neste caminho que se fortaleceram no processo de produção do conhecimento necessário à prestação dos serviços socioassistenciais, incluindo o serviço de acolhimento (BRASIL, 2018).

### **3.3 ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

No serviço de acolhimento institucional, previsto pela Política de Assistência Social, configura-se como mais uma opção de proteção à criança e adolescente, cujo objetivo é a reintegração familiar e reduzir a reincidências das situações de risco, de modo que busca atuar no sentido de preservar a vida em família. As legislações que dão suportes à proteção social de crianças e adolescentes trouxeram importantes avanços no sentido de conferir atendimento digno, direitos, condições para o desenvolvimento pleno de crianças e adolescentes que estão em situação de risco social e pessoal e a reintegração familiar, quando possível, trazendo alterações no trabalho de acolhimento institucional, como a garantia do direito à convivência familiar e comunitária, e o fortalecimento de vínculos familiares (AMARO, 2017).

A garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária de crianças e adolescente, a partir da atenção voltada a esse público e suas famílias, está inserido na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) e no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), alterado pela Lei n. 12.010/09. Sua operacionalização está descrita nos documentos: Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e

Adolescentes e Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais como finalidade de todos os serviços de acolhimento (BRASIL, 2009).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) prevê, nos Serviços de Proteção Especial de Alta Complexidade de crianças e adolescentes, as modalidades: Atendimento Integral Institucional, Casa Lar, Família Acolhedora, República, considerando ainda que cada município, em função das necessidades locais, pode criar serviços de Casa de Passagem. Os serviços de acolhimento institucional cumprem a finalidade de acolher e oferecer proteção integral a crianças e adolescentes quando necessitam ser afastados, temporariamente, do convívio familiar de origem ou quando já não contam mais com a proteção e os cuidados de suas famílias e esforços no sentido de trabalhar com as famílias de origem para um possível processo de reintegração familiar (BRASIL, 2009).

O Serviço Social inserido nas instituições, especialmente as que efetivam o acolhimento institucional, orientam-se pelo seu projeto de formação profissional que se dirige para uma prática de operacionalização e garantia de direitos, pela apreensão e enfrentamento dos problemas sociais sofrido por esses sujeitos no seu cotidiano no âmbito de um serviço específico ou articulado a outros, inclusive de outras políticas, ou seja, com o trabalho em redes de serviços (YAZBEK, 2014).

Sob esse entendimento, dentro dos espaços das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, o Serviço Social não trabalha com fragmentos da vida social, mas articula-os com totalidade. As situações que são vivenciadas pelos sujeitos, principalmente, relativas à criança e ao adolescente, quando da sua situação de risco social, e com a institucionalização, são consideradas e analisadas na sua dimensão universal e em sua especificidade, o que desafia a cada instante o profissional a apreender, revelar e solucionar as diversas expressões da questão social que permeiam o contexto desses sujeitos (YAZBEK, 2014).

O trabalho do profissional, além de ações de acompanhamento individual das crianças e adolescentes residentes nas instituições de acolhimento institucional; inclusão da família de origem na rede de serviços que garanta as seguranças afiançadas da assistência social inclui o trabalho socioeducativos com essas famílias a fim de dar suporte às famílias no restabelecimento dos vínculos entre seus membros e romper a cultura da violação de direitos

como estabelece o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (GERARDI, 2000).

Outra atribuição dos profissionais nos serviços de acolhimento é a elaboração do citado PIA. Parte do diagnóstico sobre os motivos do acolhimento e sobre a realidade das famílias de origem para elaborar estratégias e traçar ações para o enfrentamento dos motivos identificados, com o intuito de reintegração familiar dos acolhidos. Assim sendo, o PIA deve prever ações sistemáticas junto às crianças e/ou aos adolescentes e às suas famílias, o que pressupõe participação efetiva dos familiares (GERARDI, 2000).

As questões de vínculos e cuidados ganham centralidade no trabalho previsto, o que expressa as contradições de como a família é incluída na PNAS. Embora, essas questões sejam importantes, é fundamental o enfrentamento de vulnerabilidades e fragilidades das condições de vida, para só então investir em questões culturais e subjetivas. Sem esse aporte da rede de serviços, o trabalho torna-se mero aconselhamento fundado em mudanças comportamentais, sem atingir as causas determinantes dos problemas.

### **3.4 ATUAÇÃO DO CUIDADOR SOCIAL NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Poucos têm o conhecimento da profissão de cuidadoras sociais, ela ganhou destaque através dos serviços de Assistência Social, da Resolução N° 9 de 15 de abril de 2014 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que trabalha através das Organizações da Sociedade Civil (Osc). A área de atuação é extensa, serviços de acolhimento a crianças e adolescentes, adultos e pessoas com deficiência. Este profissional configura-se no âmbito do Serviço Social numa relação entre o Estado e a sociedade, partindo do processo de reprodução dos interesses da classe trabalhadora, já que as classes sociais só existem por estarem inter-relacionadas. O Serviço Social surgiu a partir de 1930, quando se iniciou o processo de industrialização e urbanização no Brasil (BRASIL, 2014).

É difícil compreender dentro dos serviços que lidam com as diferentes características individuais do ser humano a necessidade de se manter o limite do vínculo afetivo com o limite de sua atuação profissional, pois esse se mantém muito próximo das pessoas, embora o trabalho seja lindo e a ajuda ao próximo seja intuitivamente o desejável dentro de cada profissional que se dedique a essa área, o cuidador social visa o equilíbrio entre as relações coletivas e as necessidades individuais de cada um (YAZBEK, 2014).

A dificuldade não está nos profissionais e sim na assistência que não assegura um cuidado integral desses profissionais que consegue passar pouco tempo nesta profissão e quanto é desvinculado não tem um acompanhamento adequado, fica aguardando no sistema uma liberação para acompanhamentos específicos como psicólogo e psiquiatra. No ato da contratação destes profissionais, não há exigências de experiência só precisa conter o ensino médio, porém, e as que têm experiência nem sempre condizem com a replicação de ações e atividades, no abrigo é cada indivíduo com suas subjetividades traz consigo a necessidade de primeiramente, trazer para o cuidador social a capacidade de ser uma pessoa com forte potencial em perspicácia e dedicação (MELO, 2012).

Em suas atribuições o cuidador vem dando continuidade com os cuidados básicos com alimentação, higiene, medicação, proporcionar junto com os acolhidos um ambiente organizado e apoiar os cuidados com os residentes no desenvolvimento das atividades da vida diária (higiene e alimentação dos residentes), contribuir para o desenvolver da autonomia e a independência, respeitando o processo de cada um, registrar os ocorridos diários em livro de plantão, sendo assim repassando todas as informações no ato da troca de plantão (MELO, 2012).

Auxiliar a equipe da Instituição na preparação para seu acolhimento e desligamento, com listagem de pertences, documentações pessoais e todos preenchidos, sendo orientado e supervisionado por um profissional técnico da instituição, separar e conferir medicação dos residentes. Ministrando medicação aos residentes, executar outras atividades correlatas. Quanto a carga horária de trabalho, as cuidadoras sociais trabalham como plantonista de 12x36, conforme autorizado pela Convenção Coletiva de Trabalho.

### **3.5 AUTOCUIDADO E SAÚDE SOCIOEMOCIONAL DO CUIDADOR SOCIAL: QUEM CUIDA TAMBÉM PRECISA SER CUIDADO**

O ato de cuidar está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento humano. Desde o nosso primeiro segundo de vida, precisamos de cuidados específicos, por mais independentes que uma pessoa possa ser ao longo de sua vida, isso não garante que precisaremos de cuidados futuros, como diz o ditado “Ninguém vive sozinho”. Mais cedo ou mais tarde, em um momento ou outro, vamos todos precisar de alguma assistência (MESSIANE, 2021).

Observamos que a maior parte dos cuidadores sociais é do sexo feminino, a tarefa do cuidado, faz com que ela tenha uma dupla jornada, pela escolha do chamado da profissão que exige muito o físico e mental, a responsabilidade que lhe foi concedida de promover e asilar no desenvolvimento sadio das crianças e adolescentes que estão em acolhimento institucional e ainda a seu cotidiano familiar, mesmo assim consegue exercendo a dupla jornada com eficaz (SILVEIRA, 2017).

É nítido que por conta de sua jornada puxada, ao certo tempo elas começam a apresentar e cansaço físico e mental, por se envolver diretamente com as dores física e emocional dos acolhidos, elas enfrentam uma carga física e emocional, dor nas costas e pelo o corpo e até mesmo lesão por esforços repetitivos. Por tudo isso é que precisamos cuidar dos cuidadores, valorizando as pessoas que ajudam na promoção da autonomia e da qualidade de vida de quem necessita de assistência. Cuidamos por amor, por necessidade, por respeito e por empatia. E como sociedade, precisamos também cuidar daqueles que fazem do cuidado uma profissão tão necessária (SILVEIRA, 2017).

A preocupação com a necessidade de cuidar de quem cuida vem se destacando a cada dia e precisamos sempre lembrar que cuidar do cuidador é uma ação preventiva. Compreendemos hoje que se ele não estiver se sentindo bem nas suas necessidades, isto passará a refletir e interferir no atendimento das crianças e adolescentes. Quem lhe dá diretamente com o indivíduo que está sendo cuidado de uma certa forma, sofre todos aquele ao redor a pressões e tensões da assistência no cuidado. Diante de tantas ansiedades que surgem, que atitude podemos tomar e como lidamos com o nosso sofrimento de impotência.

A saúde ocupacional, tem por finalidade promover e proteger o profissional no local de trabalho, colaborando para seu bem-estar físico, mental e social. O fato é que os colaboradores são o mais importante para o sucesso empresarial, faz com que a saúde no ambiente de trabalho se torne um conjunto de ferramentas fundamentais para garantir as adequadas condições de segurança e saúde nas organizações. Sabe-se que muitos riscos estão presentes no ambiente de trabalho, mas se o profissional da direção/coordenação, adotar algumas medidas para manter um ambiente seguro e acolhedor, vários danos serão reduzidos, desta forma teremos melhoras na saúde dos colaboradores e o ambiente organizacional.

Devido a cultura organizacional que é a base de toda empresa por definir os hábitos, crenças, valores e comportamentos compartilhados no ambiente corporativo. Dessa forma,

criar uma cultura que incentive a qualidade de vida deles, não só dentro do ambiente de trabalho, mas também fora da empresa, é fundamental para o aumento da produtividade da equipe e o alcance dos desenvolvimentos das crianças e adolescentes que lhe dão diretamente com essas colaboradoras da organização.

Dessa forma, as empresas estão extremamente focadas em metas e objetivos. Assim, é importante que isso não traga estresse, desmotivação e adoecimento ao colaborador. Diante desses fatos, é importante que o gestor trabalhe juntamente com seus líderes, para encontrar estratégias e ações que busquem maior qualidade de vida na rotina diária. Como:

- a) Neutralizar conflitos e intrigas entre os colaboradores; ter como foco as soluções e não os problemas;
- b) Propor técnicas de relaxamento corporal e mental, como alongamentos e meditações;
- c) Orientar a busca pelo tratamento de problemas de saúde mental independentemente da causa e oferecer total apoio.

Uma empresa que investe em manter a saúde no trabalho gera maior satisfação e engajamento por parte de seus colaboradores. Com uma boa cultura e um clima organizacional saudável, haverá redução nas doenças físicas e mentais, contribuindo para o alcance dos melhores resultados. Diante dessas informações, a empresa que se preocupa em entender como manter a saúde no trabalho, diminuirá os custos com contratações, afastamentos e demissões. Assim, se terá *feedbacks* constantes e a oportunidade de sempre melhorar o âmbito organizacional.

#### **4. CAPÍTULO 3 - PROJETO DE INTERVENÇÃO**

##### **a) Tema e resumo:**

Tema: Autocuidado e saúde socioemocional para cuidar de quem cuida: um olhar para os profissionais da assistência social da Vila Betânia - Jaboatão dos Guararapes

Resumo: Para implementar as medidas de proteção previstas no ECA, na modalidade de Acolhimento Institucional, o Vila Betânia vem para reforçar o aparelhamento do Município de Jaboatão dos Guararapes, oferecendo mais 20 vagas em suas instalações, para acolher as

crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade. Toda a estrutura física e operacional está em conformidade com a Resolução Conjunta CNAS/CONANDA No 01/2009, buscando harmonizar a convivência comunitária, integrando as crianças e adolescentes em acolhimento com a comunidade, buscando ainda a qualificação técnica da equipe de atendimento. Este projeto de intervenção visa o trabalho com as Cuidadoras Sociais, que atuam com as crianças e adolescentes da Casa de Acolhimento Vila Betânia, a fim de prepará-las fisicamente e psicologicamente para uma atuação profissional de acordo com as suas atribuições sendo elas defensoras dos direitos das crianças e adolescentes.

## **b) Contextualização**

O projeto foi pensado na medida em que as observações se aprofundaram, refletindo sobre a necessidade de um olhar mais atencioso a um grupo de cuidadoras/educadores. Observei que a temática do trabalho é muito delicada, em especial quando falamos sobre questões emocionais. Os profissionais que estão na linha de frente precisam estar preparados para fazer um acolhimento e escuta qualificada, a situação em que as crianças e/ou adolescentes chegam à Instituição, muitas vezes reflete com as dores físicas e emocionais das educadoras sociais, com alguns histórias de vida que as fazem lembrar algum evento do seu próprio passado fazendo elas reviverem os sentimentos de vivências passada.

Geralmente grande parte dessas pessoas que sofreram violência no passado não conseguiram ajuda e não tiveram apoio por medo da sociedade e dos seus familiares não acreditarem em suas versões, optaram por deixar o tempo passar, ficando em um sofrimento camuflado, acreditando que essa seria a melhor escolha para sua vida. Hoje se sentem mal por não ter feito nada para que isso tivesse outra direção em sua vida. Em constante se deparam com meninas que estão passando por situações parecidas, buscando meios judiciais para suas escolhas e a seguridade de seus direitos junto à sociedade.

No primeiro momento para fazer parte da Instituição, elas foram convidadas para participar de uma seleção com várias etapas. A casa de acolhida não exigia experiência na área de atuação com crianças e adolescentes, mas tiveram a oportunidade de aprender nas capacitações e treinamentos com profissionais especializados, esclarecendo a importância para exercer esta função, foram selecionadas com o desejo de fazer parte de um trabalho social, por alcançarem que transformarão vidas.

Para assegurar um trabalho de qualidade, ético, educativo e acolhedor para as crianças e adolescentes da instituição, foi preciso investir em profissionais especializados em diversas áreas de atuação com crianças e adolescentes; capacitações continuadas com uma equipe multidisciplinar. Levando em consideração que estes profissionais têm sua vida fora da instituição, algumas vezes trazem seus conflitos pessoais para o seu ambiente de trabalho, deixando por vezes o clima tenso com as adolescentes da Casa.

Atitudes inadequadas que vão acontecendo por diversas vezes acreditando que é o certo - atitudes essas que podem causar danos nas duas partes. Levando em consideração que essa forma de trabalho tem várias demandas, é preciso ter uma visão ampla de seus limites e possibilidades e assim promover a qualidade na vida dos acolhidos e de quem os acolhe na Instituição.

### **c) Justificativa**

Atuar no Sistema de Garantia de Direitos, através do acolhimento institucional. Atenta aos princípios norteadores do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Vila Betânia desenvolve o seu trabalho com base na doutrina da proteção integral, numa visão construtivista, ciente de que as experiências tidas com o meio no qual se está inserido, é fundamental na formação da personalidade e no fortalecimento do ser humano em desenvolvimento, bem como no desenvolvimento da inteligência e do conhecimento.

Assim, através da abordagem Inter e multidisciplinar, visa propiciar à criança e ao adolescente em acolhimento uma consciência crítica de sua realidade, e a sua inclusão enquanto agente transformador de sua própria vida, buscando o seu fortalecimento afetivo, o seu amadurecimento emocional e a descoberta dos potenciais e possibilidades.

Estimular a socialização, a busca pelo conhecimento, o incentivo ao esporte coletivo, a participação ativa na comunidade, a troca de experiências, faz parte do papel educativo do acolhimento, enquanto agente de proteção e de transformação social. Muitas vezes, foi no ambiente do acolhimento que a criança e ao adolescente travaram contato pela primeira vez, com um mundo de oportunidades ainda antes não conhecidas, surgindo daí o acolhimento como possibilidade. Por fim, devem ter em mente um serviço de acolhimento como espaço terapêutico do resgate e da reconstrução da autoconfiança e da cidadania.

Ao observar e poder compartilhar um pouco da rotina das educadoras/cuidadoras da Casa de Acolhimento Vila Betânia, foi possível notar um grande envolvimento emocional por parte das funcionárias com cada situação de vulnerabilidade e risco social que as adolescentes chegam a Casa de Acolhimento em busca de um refúgio e possível solução do seu caso junto à equipe técnica que atua no local, é fiscalizada pelo Ministério Público, outros órgãos competentes com o objetivo de garantia dos direitos dos acolhidos e trabalhando para uma reintegração familiar segura.

Sabendo que é de suma importância o equilíbrio emocional para atuar em uma função como esta, este projeto de intervenção vem com a finalidade de proporcionar as educadoras/cuidadoras um momento de reflexão, aprendizado, escuta e troca de experiências, fortalecendo a sua autoestima e confiança, identificando a valorização do seu papel dentro da instituição para com todos os envolvidos (outros funcionários, público atendido, equipe multiprofissional e voluntários).

#### **d) Objetivos**

##### **Objetivo Geral:**

Elaborar uma proposta de intervenção através de programas para adquirir melhorias à saúde socioemocional das cuidadoras que atuam nos cuidados com as crianças e adolescentes na Instituição de Acolhimento Vila Betânia, em Jaboatão dos Guararapes – PE.

##### **Objetivos específicos:**

- Oportunizar um momento de aprendizado e conhecimento às cuidadoras sociais;
- Ressaltar programas com profissionais da área de psicologia;
- Acolher as cuidadoras para que juntas possam ter melhorias a sua saúde socioemocional
- Desenvolver um bom trabalho na sua atuação profissional.

#### **e) Atividades**

Inicialmente, deve-se realizar um levantamento bibliográfico acerca dos avanços da fundamentação legal a respeito, bem como acerca da violação de direitos, medida protetiva de acolhimento institucional e políticas públicas. Posteriormente realizaremos escuta das demandas trazidas pelas cuidadoras sociais, e aplicação de um questionário dirigido junto a estas profissionais a fim de identificar as principais problemáticas a serem trabalhadas. Será realizado também estudo a outros profissionais que compõem a equipe multidisciplinar da Vila Betânia, que é uma Instituição de Acolhimento de gestão privada, inserida na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, oferecendo há 10 anos acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, por meio de medida protetiva de abrigo institucional em função de abandono, violências ou negligência (ECA, Art. 101) A partir de então trabalharemos com dinâmicas de grupo, objetivando dar suporte ao fazer profissional bem como ao crescimento pessoal dos indivíduos.

Já que a Vila Betânia é uma casa tem como público-alvo meninas de 0 a 18 anos e meninos de até 2 anos na cidade de Jaboatão dos Guararapes em Pernambuco, Brasil, cidade vizinha de Recife. A Vila Betânia é uma instituição e ministério ligada ao Shores of Grace, orientado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O lar é um local de segurança e recuperação onde a equipe, consistentemente treinada, cuida das meninas em um ambiente de amor e incentivo. A equipe de profissionais, incluindo psicólogos, assistentes sociais e cuidadores que trabalham para garantir que as necessidades espirituais, emocionais e físicas de cada menina sejam atendidas.

## **f) Metodologia**

Será feita uma palestra no primeiro dia da intervenção com o intuito de explicar a proposta do projeto. Utilizaremos o método psicanalítico (escuta e associação livre) que é definido como um campo clínico de investigação teórica da psique humana independente por Freud. Assim, tendo como pano de fundo situações diárias abordadas no acolhimento da Instituição, considerando a história singular de cada cuidadora e os dados da realidade vivida por cada adolescente atendida na Casa. Atenderemos por volta de 14 cuidadores, que serão divididos em pequenos grupos, com frequência de 01 vez por semana com duração de 2 horas.

Ter profissionais capacitados com sua saúde socioemocional em uma boa circunstância com uma equipe que acolhe em seus dias escuros, ajudando a fortalecer com

uma qualidade o direcionando para o caminho certo, passando para os funcionários a importância de sermos parceiros e juntos alcançarmos nosso objetivo que é cuidar do outro com amor. Considerando as demandas apresentadas por essa significativa parcela populacional em situação de extrema pobreza, vê-se a necessidade de estruturação de serviços socioassistenciais que possam garantir a essa parcela da população, o acesso aos direitos que lhes são garantidos através de programas e serviços da Política de Assistência Social.

Com objetivo de implementar as medidas de proteção previstas no ECA, na modalidade de Acolhimento Institucional, a Vila Betânia vem para reforçar o aparelhamento deste Município, oferecendo 20 vagas em suas instalações para acolher crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade. Toda a estrutura física e operacional está em conformidade com a Resolução Conjunta CNAS/CONANDA Nº 01/2009, buscando harmonizar a convivência comunitária, integrando as crianças e adolescentes em acolhimento com a comunidade, buscando ainda a qualificação técnica da equipe de atendimento.

#### **g) Resultados Esperados**

Espera-se que com o envolvimento da equipe multidisciplinar, parcerias realizadas para enriquecimento das atividades e com o engajamento das cuidadoras sociais, elas possam estar fortalecidas para desenvolver seu papel na linha de frente com as adolescentes com maestria. Bem como, inspirar as demais Instituições de Acolhimento do município de Jaboatão dos Guararapes - PE. A ter um olhar mais direcionado para aqueles (as) que lidam com os conflitos da adolescência e são personagens-chaves para transformação da realidade de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados, na maior parte dos casos, por pais, responsáveis ou membros da família, atores sociais que deveriam representar proteção e cuidado

#### **h) Avaliação**

Das pesquisas científicas que utilizam a metodologia de revisão de literatura, espera-se uma releitura da temática e possíveis novas contribuições ao debate acadêmico. No que concerne a pesquisa de campo, esperamos impactar a sociedade civil, bem como outras Instituições de Acolhimento, quanto a importância da atuação do cuidador social e ter um olhar especial quanto aos cuidados necessários para o bem-estar deste profissional. Cogita-se

também a publicação da presente pesquisa em revista científica que verse acerca das temáticas referentes ao Cuidador Social, da Criança e Adolescente, Acolhimento Institucional e Políticas Públicas.

#### **i) Previsão de Cronograma**

| <b>AÇÕES</b>                                 | <b>DATA</b>             | <b>RESPONSÁVEIS</b>             |
|--|-------------------------|---------------------------------|
| Levantamento Bibliográfico acerca do tema.   | 20/08/2022 a 14/04/2023 | Assistente Social Shirlei Lima  |
| Escuta e aplicação de questionário dirigido. | 25/05/2023 a 26/06/2023 | Assistente Social Shirlei Lima  |
| Estudo acerca das problemáticas apresentadas | 17/07/2023              | Equipe Multidisciplinar         |
| Capacitação de acolhimento institucional.    | 31/07/2023              | Assistente Social Shirlei Lima  |
| Dinâmica de Grupo                            | 14/07/2023              | Assistente Social Shirlei Lima  |
| Dinâmica de Grupo                            | 28/07/2023              | Assistente Social: Shirlei Lima |
| Dinâmica de Grupo                            | 11/08/2023              | Assistente Social Shirlei Lima  |
| Dinâmica de Grupo                            | 25/08/2023              | Assistente Social Shirlei Lima  |
| Dinâmica de Grupo                            | 08/09/2023              | Assistente Social Shirlei Lima  |
| Dinâmica de Grupo                            | 22/09/2023              | Assistente Social Shirlei Lima  |
| Dinâmica de Grupo                            | 06/10/2023              | Assistente Social Shirlei Lima  |
| Dinâmica de Grupo                            | 20/10/2023              | Assistente Social Shirlei Lima  |
| Dinâmica de Grupo                            | 03/11/2023              | Assistente Social Shirlei Lima  |

|   |            |                                |
|---|------------|--------------------------------|
| Dinâmica de Grupo                       | 17/11/2023 | Assistente Social Shirlei Lima |
| Dinâmica de Grupo                       | 01/12/2023 | Assistente Social Shirlei Lima |
| Dinâmica de Grupo e Encerramento do Ano | 15/12/2023 | Assistente Social Shirlei Lima |

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos estudos realizados para a construção deste trabalho, pode-se ter melhor percepção acerca das vivências que perpassam a atuação de cuidadoras sociais que atuam em Instituição de Acolhimento. Foi possível refletir também sobre os serviços de acolhimento, não como um fator de risco para o desenvolvimento infantil como se pensava anteriormente, mas como um lugar de proteção, seguro e saudável a partir das relações que se estabelecem e favorecem o seu desenvolvimento.

Cuidadoras Sociais são atores de referência, e as instituições proporcionam um resgate da história de vida dessas crianças, portanto o ambiente institucional deve ser considerado influenciador significativo no contexto do desenvolvimento infantil e, assim, precisa ser um lugar que propicie relações que permitam uma saudável construção da subjetividade. A importância do processo de mobilização do assistente social, não é só voltado para o mercado trabalho, mas na atuação profissional com estratégias a organização de comissões de assistentes sociais para atuação.

No que se refere ao conhecimento do processo de desenvolvimento infantil, as participantes necessitam compreender a importância do seu papel que consiste, de outros, em criar condições para que esses processos se estabeleçam de forma saudável, tendo em vista as necessidades de cuidado, afeto e educação, e também do processo educacional das crianças as quais estão sob suas responsabilidades. Nesse sentido, estes profissionais percebem-se como mediadoras na relação com as crianças. Entretanto, manifestam a necessidade de saber se estão agindo e interagindo adequadamente, ou seja, entendem que necessitam de orientações acerca do seu papel. Apesar de terem boas relações com essas crianças, as cuidadoras visam proporcionar melhores condições pessoais, sociais e psicológicas resultantes da demanda vivida na rotina de trabalho.

Diante do exposto, percebe-se que essa rotina de trabalho exige muita carga emocional e afetiva, por isso é necessário ofertar capacitações e atividades de suporte a essas profissionais, medidas que farão diferença no cuidado proporcionado aos abrigados. A prática de capacitações e treinamentos para, não apenas cuidadoras, mas como toda a equipe técnica, com foco no cuidar de quem cuida dessas crianças, resultarão em resultados positivos, pois assim, será assegurado um atendimento de qualidade.

Para finalizar, faz-se necessário destacar, que o que aqui foi explicitado, servirá de fonte para outras pesquisas nas quais trate das práticas no sistema de acolhimento, espera-se que se possa pensar em estratégias de intervenção com foco na qualidade de vida através do ambiente institucional e o desenvolvimento das crianças.

## REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. *Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios*. Petrópolis: Vozes, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/17492/1/Scharlana%20Luciano%20-%20TCC%20%20Final%20%282%29.pdf>>. Acesso em: 30 de março de 2023.

BANDEIRA, João Tancredo Sá. Conselho tutelar: *Espaço público de exercício da democracia participativa e seus paradoxos*. Universidade Federal do Ceará. Faculdade de Pós-Graduação em Educação Brasileira [dissertação]. Fortaleza, 2006.

BARROS, R. P. de, CAMARGO, J. M. *Em busca dos determinantes do nível de bem-estar social na América Latina*. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 23, n. 3, 1993.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Câmara dos Deputados. Lei 8.069. De 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA, Brasília, DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 20 de abril de 2023.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988*. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 25 de abril de 2023.

BRASIL. SUAS: *Sistema Único de Assistência Social* / produzido e organizado por Luziele Tapajós, José Ferreira da Crus, Simone Aparecida Albuquerque - Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007. 40 p.; color.

BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2006*. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Brasília, 11 jan. 2006. VADEM MECUM ACADÊMICO DE DIREITO. 4. ed. São Paulo: editora saraiva, 2006.

BRASIL. *Resolução CFESS, Nº 557/2009*. 2009. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao\\_CFESS\\_557-2009.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_557-2009.pdf). Acesso em: 10 de abril de 2023.

BRASIL, Ministério da Assistência Social/Coordenação de Descentralização: *Relatório Final dos Encontros Regionais das Comissões Intergestores Bipartites*, mimeo, julho, 2011.

DOMINGUES, W. C. *Terapia de grupo ou terapia individual: Comparando resultados*. IGT, 2012. Disponível em: <https://igt.psc.br/ojs3/index.php/IGTnaRede/article/view/345/458>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

GERARDI, D. A. M. *Uma experiência do serviço social na construção, implementação e implantação do programa comunitário de educação complementar: “casa da turminha”*. 2000, p. 119. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

GONÇALVES, L. C. *Intersetorialidade: um desafio à política de assistência social no município de Porto Alegre - RS*. 2010. 164 p. Dissertação (mestrado em Serviço Social) Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

GUIMARÃES, F. R. *Famílias uma experiência em grupo*. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 71, pág.165-179, 2002.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1982.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 2001.  
LEAL, Angélica; ANDRADE, Patrícia. *Infância e Parlamento: Guia para Formação de Frentes Parlamentares da Criança e do Adolescente*. Brasília: Senado Federal, Gabinete da Sen. Patrícia Saboya Gomes, 2005.

LIMA, Ângela Maria de Lourdes Dayrell. *Os desafios para a construção do Sistema Único da Assistência Social/SUAS* in Revista Gestão Social: o que há de novo? / organização Carla Bronzo Ladeira Carneiro e Bruno Lazzarotti Diniz Costa – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. 2 vols.: il.

MELO, Ana Inês Simões Cardoso de. *Serviço Social, trabalho e políticas públicas: os desafios do presente*. O Social em Questão, Ano XV, nº 28, p. 283- 290, 2012.

MESSIANE, R. *Gestão social*. Editora Senac São Paulo, 2021. Disponível em: [https://gestaosocial.paginas.ufsc.br/files/2011/07/Livro-1-Cole%C3%A7%C3%A3oEnapegsV1\\_Gest%C3%A3oSocialPraticasDebatesTeoriasConstru%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://gestaosocial.paginas.ufsc.br/files/2011/07/Livro-1-Cole%C3%A7%C3%A3oEnapegsV1_Gest%C3%A3oSocialPraticasDebatesTeoriasConstru%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em: 04 de maio de 2023.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS, *aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145*, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

RIBEIRO, Maria de Fátima Queiroz & SOARES, Denise Amaral. *Monitoramento e Avaliação dos Serviços da Assistência Social: uma experiência na SMAS*. In Caderno de Capacitação, vol. 04, Prefeitura de Belo Horizonte, 2004.

RIZZINI, Irene; BARKER, Gary; CASSANIGA, Neide. *Criança não é risco, é oportunidade: Fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes*. Rio de Janeiro: CESPI/USU/Instituto PROMUNDO, 2004.

SILVEIRA, R. M. Godoy. *Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007

SILVEIRA, Darlene de Moraes. *Assessoria e Consultoria em Serviço Social*. Livro Didático UNISULVirtual, 2017

YAZBEK, Maria Carmelita. *A dimensão política do trabalho do assistente social*. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 0, n. 120, p. 677-693, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/4RNYGqckdySpPrJ6cTmsBSQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 de abril de 2023.